



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 9

MANDATO 2017/2021

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. Intervenção do público. -----

ORDEM DO DIA -----

1 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

1.1 – Designação do representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Avaliação do Contrato de Arrendamento Apoiado, de acordo com a alínea c), do n.º 1, do art.º 25.º do Regulamento das Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado existentes no concelho de Valongo; -----

1.2 - Campo de Sonhos - oneração de bens imóveis, para substituição de depósito por caução, nos termos do n.º 5 do art.º 52.º do Código das Expropriações; -----

1.3 - 2ª Revisão do Orçamento e 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano do ano 2018. -----

1.4 - Empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2018. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Orlando Gaspar Rodrigues, Paulo Jorge Esteves Ferreira, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, José Maria Veloso Delgado, Luís Miguel Mendes Ramalho, Alberto Frenando Correia Neto e José António Ferreira da Silva. -----

Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Alexandre Manuel da Silva Teixeira, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Manuel Ramos de Melo e Maria da Trindade Morgado do Vale, tendo sido substituídos, respetivamente, por Jorge Manuel Ferreira da Rocha, Joaquim António Leitão Almeida, Tiago Alexandre Gaspar Sabença e Daniela Maria Sampaio Ribeiro. Verificou-se a falta do Presidente de Junta de Freguesia de Alfena Arnaldo Pinto Soares, por imprevisto de última hora não tendo sido substituído. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Primeiro Secretário, António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto 1.1 – Designação do representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Avaliação do Contrato de Arrendamento Apoiado, de acordo com a alínea c), do n.º 1, do art.º 25.º do Regulamento das Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado existentes no concelho de Valongo. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, começou por dizer que a posição do BE relativamente ao ponto é exclusivamente política, não estando em causa a pessoa proposta pelo PS. -----

Disse que é a única eleição de um representante da Assembleia Municipal para uma comissão que não é consensual, toda a oposição foi unanime em achar que uma comissão desta importância deveria ser representada por uma outra sensibilidade política, para que na tomada de decisões uma outra voz pudesse contribuir para uma melhor apreciação das responsabilidades com que se vai debater, assim não entendeu o PS que com a sua maioria absoluta propôs um representante que não merece o consenso da Assembleia Municipal. -----

No mandato anterior o representante da Assembleia Municipal era de outra sensibilidade política, uma vez que o PS não tinha maioria absoluta estava aberto ao diálogo, hoje com a maioria mudou o discurso e não teve em conta o contributo das outras forças políticas. -----

Assim, a comissão ficará com três elementos do PS e um representante dos colaboradores, ficando assim maioritariamente sob orientação política do PS. -----

Havia uma outra pessoa proposta, que era ele, e que mereceu a concordância de toda a oposição, não vai a votos pela importância que coloca na eleição, mas deveria ter existido o consenso geral da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que nada os move contra a pessoa que é proposta, tecnicamente estará mais habilitada do que a outra solução que havia. -----

Não têm nada contra a maioria absoluta uma vez que foi a população que atribuiu a maioria absoluta ao PS, mas já não estão a favor com este processo, pois consideram que é pouco transparente, tendo como retaguarda a utilização da própria maioria absoluta, mas é uma situação que vai ser pouco transparente àquilo que vai ser esta comissão, não têm nada a favor porque havia outra solução. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De seguida fez a leitura de uma **Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.1**, cujo teor se transcreve: -----

“Na reunião de representantes, foi proposto a integração de um elemento do Grupo Municipal do BE na Comissão de Avaliação do Contrato de Arrendamento Apoiado. Esta proposta foi aceite por todos os representantes, à exceção do PS que apresentou uma outra proposta. Após ter sido confrontando pelo facto de usar a maioria absoluta para obter para si todos os lugares disponíveis, começando pela própria mesa da AM ou até pelo primeiro executivo monocolor da Junta de Ermesinde, o representante do grupo municipal ficou de avaliar melhor a sua proposta. -----

Mas, no passado dia 22 de maio, através de um email, o Grupo Municipal do Partido Socialista decidiu manter a proposta do membro Agostinho Rodrigues Silvestre para a Comissão de Avaliação do Arrendamento. -----

Por considerarmos que a opção de uniformização que o PS tem tomado limita a discussão de diferentes pontos de vista e a obtenção de melhores soluções para os problemas do concelho, votaremos contra a nomeação do representante apresentado pelo PS.” -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que o nome dele foi proposto pelo Presidente de Junta de Alfena Arnaldo Soares, e não pelo BE. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, informou que na Conferência de Representantes foram propostos dois nomes, o Membro Fernando Monteiro e o Membro Agostinho Silvestre, e de acordo com as palavras do Membro Fernando Monteiro ele retirou a sua candidatura tendo ficado o Membro Agostinho Silvestre e é sobre essa pessoa que vão votar por escrutínio secreto. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, informou que tratando-se do seu nome em causa não participará na votação. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação p ponto **1.1 – Designação do representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Avaliação do Contrato de Arrendamento Apoiado, de acordo com a alínea c), do n.º 1, do art.º 25.º do Regulamento das Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado existentes no concelho de Valongo**, tendo sido **aprovado por maioria** a designação do membro Agostinho Barbosa Viera Rodrigues Silvestre, com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 17 votos a favor -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Votos Contra: 5 votos contra -----

Branco: 7 votos em branco -----

Não participou na votação o Membro Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1.2 - Campo de Sonhos - oneração de bens imóveis, para substituição de depósito por caução, nos termos do n.º 5 do art.º 52.º do Código das Expropriações. ---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paulo Miguel da Silva Santos**, começou por dizer que não têm, especificamente, nada contra a substituição da caução prestada por uma garantia com base nos imóveis e nas hipotecas que vão ser constituídas, aliás compreendem que o Senhor Presidente da Câmara foi obrigado pelo processo de expropriação a fazer o depósito dessa mesma caução. -----

Disse que há um pormenor relativamente a isso que o Senhor Presidente terá que esclarecer a Assembleia, se assim o entender, que é o uso que vai dar às verbas que vão ser libertadas pela substituição da caução, já perceberam que tudo onde consegue rapar verbas disponíveis é para investir na educação, estão de acordo que faça um investimento na educação. -----

Agora, era necessário saber o plano de investimento que pretende implementar para terem a certeza que não será um processo de investimento casuístico, para a boa gestão da coisa pública, a Câmara, há de ter um plano delineado com um cronograma sabendo que verbas é que vai investir, em que escolas, para que efeito, para que equipamentos, já referiu os parques infantis, o processo todo de digitalização, de quadros interativos, outros municípios já o fizeram há muitos anos, outros continuam a fazer e outros farão no futuro, mas para têm a certeza disso, para poderem acompanhar aquilo que o executivo faz precisam de saber esse plano de investimentos, em que dirá que os 1,5 milhões que liberta da caução que prestou mais outras verbas que entretanto já publicamente afirmou que vai afetar para esse fim, será investido em determinadas escolas identificadas ao longo de determinado período e não será de facto uma coisa casuística, eventualmente partida ao longo do tempo proporcionando inclusive elementos de contratação mais simplificados como sendo os ajustes diretos. -----

No final do anterior mandato, não do último mas do anterior, havia uma solução assumida de forma escrita, que veio à Câmara para aprovação uma minuta de contrato de promessa que implicava uma permuta de terrenos do proprietário do Campo de Sonhos e um dispêndio do erário da Câmara de 300 mil euros. -----

Pelo que se passou na reunião de Câmara o Senhor Presidente da Câmara, provavelmente, vai arguir uma ilegalidade nesse processo, que foi isso que fez na reunião de Câmara, portanto há muitas formas de tentar explicar as coisas, podem entrar por detalhes e enviesar as coisas e lançar a confusão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Mas, se haveria alguma ilegalidade nesse processo, naturalmente que a explicará, o que não consegue explicar é que na altura essa solução que resolveria a questão relativa ao Campo de Sonhos foi aprovada por unanimidade na Câmara, todos votaram favoravelmente, o PS votou favoravelmente. ---- O processo, fruto da aproximação das eleições, não chegou a ir à Assembleia Municipal, a verdade é que o atual Presidente da Câmara na altura era o Presidente da Concelhia do PS, presume que há uma orientação política da concelhia para os representantes do partido nos órgãos executivos e deliberativos do município, naturalmente o Senhor Presidente da Câmara na altura terá dado a sua orientação política, o facto é que com os votos do PS foi aprovado por unanimidade. -----

Passam-se as eleições de 2013, o PS ganhou as eleições, e o Dr. José Manuel Ribeiro assumiu a presidência da Câmara, não é nada de estranho nem de invulgar que um Presidente da Câmara queira ter o seu cunho pessoal nos dossiers que vai assumir, e sobre isso legitimidade eleitoral completa, legitimidade política completa, e até compreende que os presidentes de câmara gostem de meter o seu cunho pessoal nos processos, e começou ai a trapalhada. -----

O processo que estava resolvido parou e dificultou, com a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, uma avaliação que fundamentou a posição política do Senhor Presidente da Câmara, uma avaliação de 150 mil euros para o terreno do Campo de Sonhos e isso inquinou o processo todo, perdeu-se tempo, e neste momento aquilo que está colocado em cima da mesa é um processo de expropriação, bem em face da situação que foi complicada sem solução à vista, uma via legal para o fazer, mas a verdade é que os 150 mil euros já lá vão há muito tempo. -----

Entre uma caução de 1,5 milhões que a Câmara acabou por prestar com dificuldades para a gestão financeira da Câmara, o Senhor Presidente da Câmara dizia que eram 150 mil euros, portanto 1,5 milhões que a Câmara teve que prestar de caução, isso leva a que este ponto seja proposto à Assembleia Municipal, processo de expropriação em que o expropriado recorre para 1,8 milhões, em que a Câmara já quando recorre já não é 150 mil mas 391 mil. -----

Portanto a Câmara no processo de expropriação já vem dizer, basicamente, esqueçam os 150 mil euros porque nós já vamos recorrer e o melhor que conseguimos apresentar no recurso são 391 mil euros. – Assim concluem que foi um processo mal gerido, o senhor Presidente quis ser protagonista e ator principal da história, e tem toda a legitimidade para o fazer, agora há uma máxima que deve ser respeitada aquilo que estava resolvido e aquilo que está a funcionar para que é que se vai meter o dedo, para estragar, só para dizer que, ainda por cima com a soberba política, o senhor Presidente apresentou quando arguiu que eram 150 mil euros todo o resto estava mal feito e neste momento dos 150 mil já recorre concebendo 391 mil, quando a solução que estava em cima da mesa era um permuta de terrenos, portanto do 150 mil já estamos em 391 mil, como é evidente daquilo que poderá ser o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

resultado do processo de expropriação, que não sabem qual será, e o senhor Presidente da Câmara por muito que queira lançar futurologia também não sabe, mas uma coisa julgo que não vai ficar nos 391 mil euros, portanto é um processo que ainda não está resolvido, já podia ter estado resolvido, e que traz um prejuízo claro ao erário municipal e essa responsabilidade atribuem-na à gestão atrapalhada que o senhor Presidente da Câmara quis fazer, e aos responsáveis políticos que o secundam assumem parte dessa responsabilidade. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que este ato de gestão embora lhes pareça que faz algum sentido, trocar uma caução de 1,5 milhões de euros por património imobiliário de valor aproximado, transformar dinheiro cativo em ativo, querem realçar que não entendem como é que se propõe um valor de 391 mil euros como indemnização pela expropriação, quando o Tribunal exige uma caução de quase quatro vezes mais. -----

Se cumprirem os valores pedidos pelo Tribunal, ainda que o Município recorra, significa que o trabalho tecnicamente elaborado na averiguação e análise do processo foi francamente mau, com prejuízos enormes para o erário público. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte intervenção: -----

“No mandato anterior, aprovamos a expropriação do Campo de Sonhos e na altura discordámos frontalmente da opção anteriormente tomada pelo PSD de alienação do campo dos Montes da Costa - equipamento indispensável em Ermesinde. -----

Mas, hoje, o que esta a ser proposto pela CM é a substituição de deposição por caução por bens imóveis, para fazer face a uma decisão final do processo judicial em linha com a presente no acórdão dos senhores árbitros. -----

Apesar de compreendermos que não é do interesse imediato da CM ter “parados” 1 milhão de euros, não conseguimos ter garantias que, se a decisão final do processo judicial for a mesma do acórdão, a CM possa pagar o valor da indemnização através da venda desses bens imóveis e portanto iremos optar por nos abster.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que as verbas se destinam a investir em todas as escolas do primeiro ciclo em salas de futuro, com o equipamento que for possível.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A verba que está disponível, o diferencial da verba que foi depositada o 1,5 milhões de euros e os 391 mil euros que estão já cativados, estão a falar de uma verba se 1 milhão 140 mil euros, e é com essa verba que vão fazer o investimento. -----

Há um pequeno montante que vão colocar para efeito de expropriações, existe um vasto plano em curso da mobilidade sustentável, a questão do cemitério de Valongo que é uma situação de urgência, o grosso cerca de 1 milhão de euros é para fazer o investimento em parques infantis dentro das escolas, são 25, há 4 que têm todas as outras não têm, estão a estudar que um dos elementos seja inclusivo, o restante é um parque infantil normal, e o restante é o investimento nas Salas de Futuro. -----

Informou que nenhum concelho do país tem salas do futuro em todas as escolas primárias, têm outro tipo de investimento. -----

Trata-se de um investimento inovador, não é só comprar os equipamentos, implica formação e investimento tecnológico. -----

Portanto, é algo que vai tornar todas as escolas, em todas as freguesias, com equipamentos públicos, é uma aposta na escola pública, nos meninos e na meninas que vão ter um incentivo muito grande, estão a contemplar a questão da formação porque também é um desafio para os professores, sem qualquer financiamento comunitário. -----

Não sabe dizer qual será valor, pois só depois quando adquirirem as soluções é que sabem quanto custa, têm a indicação que poderá custar à volta de 1 milhão de euros com IVA. -----

Sobre a parte rocambolesca, rocambolesca é toda a história como se perdeu aquele campo, um campo que era público como é que há 12/13 ou 14 anos foi adquirido por um privado por 300 mil euros, a lei confere às câmaras o direito de opção e há 12/13 ou 14 anos era fácil a Câmara ter ficado com o equipamento, um equipamento que à época já era um campo de futebol, quando ele foi parar à mão de um privado já era há 60 anos para a prática do futebol, a verdade é que foi parar à mão de um privado, e foi nesse momento que foi criado um grande problema. -----

A votação da Câmara no mandato anterior, em 2013, os vereadores pediram a opinião, eram favoráveis ao encontro de uma solução, quem votou na Câmara quer os vereadores do PS quer os outros vereadores que não estavam ligados à força que governava a Câmara, não votaram com toda a informação porque a verdade é que foi feito um protocolo, foi votado, logo passados uns dias houve um problema gravíssimo na cidade de Ermesinde porque se descobriu que tinha sido colocado no protocolo a demolição do lavadouro, e os vereadores ficaram todos incomodados. -----

Não houve posição nenhuma do candidato, da sua pessoa, perceberam que era um assunto muito delicado e decidiram não se pronunciarem, não eram contra deixaram que tudo corresse, houve promessas, houve reuniões com dirigentes, assembleias, acompanhou tudo à distância. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quando tomou posse foi dos primeiros dossiers que quis perceber e descobriu que havia, inclusive, uma informação do setor do ambiente a alertar o poder político de então, dizendo que naquele local dos Montes da Costa nasce o rio Tinto, e uma parte considerável dos Montes da Costa foi expropriado no tempo do Dr. João Dias para ser um equipamento desportivo a restante foi no âmbito do loteamento.

O que foi acordado nesse protocolo era a Câmara entregava os Montes da Costa, recebia o Campo de Sonhos e comprometia-se a alterar o PDM, o que nunca pode fazer é entregar um equipamento que foi expropriado para ser um equipamento desportivo para ser construção. -----

Havia uma cláusula em que o proprietário tinha que retirar o ónus, havia um ónus de 300 mil euros, não o retirou, depois caducou, mas caducou porque tinha que caducar, aquele contrato era ilegal. -----

Esse protocolo envolvia um valor global na ordem de 1 mil 279 mil euros, porque era os terrenos mais 300 mil euros, convidaram o senhor para uma reunião e ofereceram em troca os terrenos em Valongo, os que estão a usar como garantia, houve uma reunião no local, o Vereador Orlando e o Vereador Paulo Ferreira foram com o senhor ao local, inicialmente gostou, depois já não gostou, os encontros com o proprietário nunca foram fáceis, passado pouco tempo ele pediu uma reunião para dizer - eu não quero terrenos, quero dinheiro, o senhor tem que me dar 1 milhão de euros. Naquele dia percebeu que não havia nenhuma condição para dialogar com uma pessoa que mudava de opinião muito rapidamente, e nunca deixaria estar a Câmara à merce de um privado. -----

Avançaram com uma expropriação, para poderem tomar posse administrativa tiveram que obter uma Declaração de Utilidade Pública, a DGAL só concedeu a Declaração de Utilidade Pública, não após a primeira avaliação, a primeira avaliação que a Câmara pediu e enviou para a DGAL era na ordem dos 300 e tal mil euros, que na sua opinião é quanto vale, aquilo vale quanto deu o proprietário à época, só que a DGAL exigiu que a avaliação fosse feita de outra forma e pediram outra avaliação. Fizeram uma nova avaliação de acordo com as instruções da DGAL que deu um valor inferior na casa dos 157 mil euros, propusemos expropriação à Câmara e foi aprovada por unanimidade. -----

Disse de seguida que só agora começou o conflito judicial, houve um processo administrativo onde tentaram, e vão continuar a fazê-lo, por todas as formas possíveis legais contrariar. O Tribunal nomeou uma comissão de árbitros, tão distintos como os outros dois árbitros, a verdade é que uns avaliaram por 300 mil euros, outros por 157 mil euros e os últimos por 1,5 milhões de euros, dez vezes mais. ----

O processo andou de Tribunal para Tribunal, administrativamente, e agora o Tribunal determinou que depositavam o valor e podiam iniciar a defesa judicial, foi o que fizeram, acautelaram a verba e fizeram o depósito, quando fizeram o depósito recorreram, e isso sim foi a primeira vez que a Câmara tomou partido, disseram ao Tribunal achamos que o que é justo são 391 mil euros, e o dinheiro ficou cativado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Houve um despacho do tribunal, o proprietário não contestou esse primeiro acórdão, veio contestar o acórdão da Câmara dizendo não vale 1,5 milhões mas que vale 1,8 milhões, agora estão em processo judicial, tem a certeza absoluta que foi a melhor forma de defender o interesse público. -----
Primeiro, mantiveram na esfera pública um espaço verde conhecido como Complexo Desportivo dos Montes da Costa, não perderam esse espaço numa cidade que tem carência de espaços, e ganharam um novo espaço o Campo de Sonhos onde já fizeram um investimento considerável, pelo menos tem condições para a prática do futebol. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que relativamente à questão do Estádio de Sonhos há 12/14 anos, o Estádio Municipal não era público, era privado, era do clube, e nessa altura o que é que o PS propôs na Câmara ou na Assembleia. -----
Não sabe se já repararam a dívida é toda do PSD, o Estádio Municipal de Valongo gerou uma dívida mas foi voto unanime, há 12/13 anos o PS tinha vereadores se o Estádio que na altura era do Ermesinde Sport Clube não veio para a Câmara é porque se calhar alguém do PS não fez essa proposta. -----
Com a maioria absoluta do Presidente José Manuel Ribeiro a oposição é ignorada, para o senhor Presidente a responsabilidade é sempre de quem está a gerir a oposição não existe, e pensando dessa forma é correto que admitir que naquela altura ele ache que quem geria é que governava e os outros todos estavam a fazer um bocadinho o papel de figurantes, que é o que faz atualmente da oposição. –
Relativamente a alterar o PDM, devia ter vergonha de dizer que o PSD alterou o PDM, ou que ia alterar o PDM para mudar aquele terreno, pois ainda explicou à Assembleia o que está agora a fazer com o investimento da JDC, aí não alterou o PDM, aí faz uma interpretação abusiva do PDM. -----
O PS do José Manuel Ribeiro de 2013, efetivamente, não é tão competente como o PS de José Manuel Ribeiro de agora, qual é a diferença desse PS para o de agora, é o Dr. Ricardo Bexiga, agora o PS está melhor apoiado, agora o PS sabe que aquilo era ilegal, falar na nascente do Rio Tinto, toda a gente sabe que no âmbito do pré-acordo há uma diferença, na altura, e toda a gente sabe que era fácil governar no anterior mandato porque ora votava com o PSD o PS ora votava com o PSD a Coragem de Mudar. -----

Antes do acordo ir a reunião de Câmara, nessa altura era adjunto, foi explicado aos vários partidos, não houve dúvidas o que é que ia acontecer, a nascente do rio Tinto estava salvaguardada, porque havia uma cedência no âmbito do futuro loteamento, havia uma cedência para a Câmara Municipal e não é preciso fazer mais nada porque há legislação nacional que protege os rios, mas quanto mais não seja no âmbito desse futuro loteamento, que já ia respeitar a cêrcea dominante, como ficou bem vincado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

agora no atual PDM, aquilo ia ser um loteamento para moradias, e estava no pré-acordo que a área de cedência ia ser a área do rio Tinto, os vereadores do PS tomaram essa informação. -----

Aliás os vereadores do PS não votaram favoravelmente, está escrito na ata, e o seu representante, o Dr. Afonso Lobão, disse congratulo-me com este resultado, com este desfecho, ele não votou favoravelmente ele congratulou-se com o desfecho. -----

Agora dizer que não tinham a informação toda, gostava de ter essa informação toda que ainda não a tem. -----

O Senhor **Presidente da Câmara. José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a lei permite às câmaras municipais o direito de preferência, em 2004 ou 2005 aquando da venda judicial a Câmara se quisesse podia ter ficado com o equipamento, não ficou porque não quis, e isso não precisava de autorização de ninguém, tomava uma decisão, é para isso que se governa. -----

Aquando da celebração do contrato os vereadores não eram detentores de toda a informação, em 6 de setembro de 2013 o advogado do proprietário, o Dr. Pedro Marinho Falcão, enviou um email para o Dr. Bolota Belchior, advogado da Câmara, onde diz -"Meu caro Dr. Bolota Belchior, a minha cliente IMOSA não aceita a celebração do contrato nos termos que consigo negocie e cujo texto estava já estabilizado. Relativamente à alteração do PDM pretende que seja definida a edificabilidade do terreno à luz no novo PDM, as consequências da falta de aprovação desse plano e a data da sua aprovação para o acordo a celebrar tenha efeito útil, sem tais condições não será assinado o acordo", as eleições foram no dia 29 de setembro de 2013." -----

Quando fala das coisas é porque as conhece e não tem nenhum prazer em falar nessas coisas, o processo nunca seria assinado, não vale a pena dizer que estava tudo tratado, não é verdade. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que o senhor Presidente da Câmara deixa no ar que havia dados escondidos, confirma ou não confirma que na semana posterior às eleições, depois de ter ganho a Câmara, que numa das reuniões que teve com o senhor anterior Presidente João Paulo Baltazar, um dos assuntos foi precisamente este assunto em que o senhor ex Presidente João Paulo Baltazar o pôs a par do processo, da forma como fala parece que as coisas foram escondidas e o senhor foi apanhando agora. -----

Houve uma reunião com o anterior Presidente de Câmara, naquele mês de transição, e uma das reuniões foi só para falar desse assunto. -----

Agora, a questão é a falta de coragem do senhor Presidente da Câmara, isto tudo resolvia-se se tivessem um Presidente da Câmara que dissesse, havia uma solução que era esta, que era subtrair um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

equipamento, eu prefiro não o subtrair, eu prefiro pagar mais um pouco, eu vou optar por manter os dois equipamentos. -----

Agora desdenhar o anterior acordo que o senhor Presidente logo a seguir às eleições teve uma reunião com o anterior Presidente de Câmara onde foi passada toda a informação, só não levou o acordo à avante porque não quis. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que não confirmava e mais vieram a descobrir os meandros e os pormenores quando começaram a tentar perceber internamente, foi um ex vereador que o informou da informação interna do ambiente ao alertar para a nascente do rio Tinto e para o problema que não era possível legalmente. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.2 - Campo de Sonhos - oneração de bens imóveis, para substituição de depósito por caução, nos termos do n.º 5 do art.º 52.º do Código das Expropriações, tendo sido aprovado por maioria com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 7 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Abstencões: 5 abstencões, sendo: 2 abstencões do grupo Municipal da CDU, 2 abstencões do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstencão do grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1.3 - 2ª Revisão do Orçamento e 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano do ano 2018. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que a sua posição é política advém do facto de a revisão ser de um orçamento municipal que não mereceu a sua aprovação. -----

Não querem deixar de questionar a revisão na Conferência de Representantes levantou algumas questões onde não ficou devidamente esclarecido. -----

O executivo faz uma revisão orçamental e vai a uma rubrica do orçamento que se designa por Outras Despesas Correntes, transporta 20 mil euros e abre duas rubricas: 1- Criação de salas de Futuro nas escolas; 2- Instalação de parques infantis nas escolas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Para além de concordarem com o apetrechamento das escolas a verba é muito diminuta, aproveitando para perguntar se as escolas do primeiro ciclo estão devidamente apetrechadas com material desportivo para o conteúdo da educação física e das atividades de enriquecimento curricular, nomeadamente as de domínio desportivo e de domínio artístico. -----

Pode-se dizer que estão à espera do dinheiro que vem com a troca da caução relativa ao Campo de Sonhos mesmo assim não está descrito na revisão orçamental, o que os leva a concluir que as rúbricas estão muito vazias de conteúdo. -----

As informações que foram dadas é que para essas atividades, para essas iniciativas, para esse investimento é aquilo que há de vir, isto é uma revisão orçamental que deve descrever aquilo que pretendem fazer, não se descreve aquilo que se pretende fazer. -----

Sobre o projeto para aquisição de máquinas e viaturas, para além da discrepância de gastos em gasolina entre 2018 e 2019, em 5 meses prevê-se 5 mil euros, em 12 meses prevê-se 24 mil 650 euros, se multiplicarem 5 vezes 3 dá 15, fica a pergunta para que máquinas e viaturas se destinam aqueles valores, parece-lhes completamente exagerado tendo em conta que com a delegação de competências para as juntas de freguesia há uma diminuição acentuada com os gastos de combustível. -----

Perguntou com que base se prevê um gasto de mais de 160 mil euros anuais só para gasóleo. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Joaquim António Leitão Almeida**, fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.1**, cujo teor se transcreve: -----

“Estando em apreciação a 2.º revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano 2018, não obstante sermos contra a versão original desses documentos, por entendermos que não servem os interesses do Município e concelho de Valongo, mostramo-nos favoráveis às alterações agora propostas. -----

Este voto favorável é consequência da posição já assumida na votação original destes documentos: então apontámos como acertado o investimento no parque escolar. Esta revisão não poderia por isso deixar de contar com o nosso apoio, uma vez que dá um passo no sentido que o PSD desde o início apontou como correto. -----

Não obstante, não podemos deixar de salientar o rumo errado que se mantém, quer no Orçamento, quer nas Grandes Opções do Plano, que não privilegia a competitividade do concelho de Valongo, penalizado com a carga fiscal que se aumenta para os munícipes e para as empresas, sendo um orçamento mais preocupado com a arrecadação de receita do que com a racionalização da despesa. -----

Simultaneamente aumentar o IMI, a derrama e optar por receber 5% da participação do IRS. Da mesma forma, não podemos concordar com as características de atirar o endividamento do Município para -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

daqui a 20 anos, em vez de aproveitar a renegociação do PAEL para baixar a despesa com o serviço da dívida. -----

O concelho, os municípios e as empresas de Valongo precisam de uma gestão cuidada e rigorosa, e de prioridades na realização de despesas estrategicamente. -----

Com esta revisão, reforça-se o investimento nas escolas, despesa estratégica e prioritária, com as quais o Grupo Municipal do PPD/PSD não pode deixar de concordar, ou não tivéssemos sido nós fortes impulsionadores de tal prioridade, que coerentemente temos defendido ao longo dos últimos anos. E, concordando, votamos favoravelmente: porque a oposição responsável que fazemos coloca sempre em primeiro lugar os interesses dos municípios, não qualquer posicionamento ou interesse partidário mais ou menos estratégico. O Grupo Municipal do PPD/PSD trabalha quotidianamente na defesa dos interesses dos valonguenses e vota convictamente a favor de todas as propostas que vão no sentido correto para o concelho. -----

*Não deixamos porém de lamentar a falta de estratégia e prioridades em outras áreas e a falta de ambição do executivo, liderado pelo PS e pelo Dr. José Manuel **ribeiro**, na contenção e racionalização das despesas que, a ser feita, poderia desonerar fiscalmente os cidadãos que vivem em Valongo, e as empresas que aqui geram emprego e desenvolvimento económico, sem perda da qualidade dos serviços prestados aos municípios. -----*

É esta a alternativa que o PPD/PSD defende, e pela qual continuaremos a trabalhar.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara. José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que usam as revisões dos orçamentos para inserções de novas rubricas, as salas de futuro e a inserção da rubrica parques infantis, não existiam foram incluídas, tem uma rubrica de 10 mil euros porque o valor que pretendem utilizar do diferencial que foi depositado no âmbito do processo de expropriação do Campo de Sonhos ainda não está disponível e vai entrar por uma rubrica provavelmente de expropriações, quando entrar por uma mera alteração orçamental é colocado reforçando essas rubricas. -----

Sobre a aquisição de combustíveis, há muitos anos que fazem aquisição de combustíveis quer a gasolina quer o gasóleo, a diferença de 2018 tem a ver com o seguinte, até agosto deste ano está a vigorar um contrato, portanto este ano é só para setembro, outubro, novembro e dezembro, o concurso é para 4 meses, por isso tem um valor menor, 2019 que é ano completo e 2020 tem um valor igual quer na gasolina quer no gasóleo e 2021 tem os outros 8 meses. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.3 - 2ª Revisão do Orçamento e 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano do ano 2018, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 29 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 7 votos do Grupo Municipal do PPD/PS, 2 votos do Grupo Municipal da CDU, 2 votos do Grupo Municipal do CDS/PP, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 1 voto contra do Grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1.4 - Empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2018. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que as entidades que concorreram a Caixa Agrícola disponibiliza o empréstimo na totalidade e o BPI só 11 milhões de euros gostava de saber qual a lógica da opção, percebendo que há uma diferença de juros muito reduzida, qual a razão de optar por duas entidades. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que consideram mais um ato de gestão comprar dívida para pagar dívida, respeita a lei do endividamento autárquico, uma dívida que vem de trás e que fica lá para a frente. -----

A sua preocupação é que ao contrair mais esta dívida para pagar dívida compromete os executivos futuros, é uma preocupação que fica, reconhecem a legitimidade do ato de gestão mas fica a nota de preocupação do BE. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Anabela Maria Freire de Sousa**, disse que colocada à apreciação da Assembleia a proposta de adjudicação no âmbito da contratação de Empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, vem o Grupo Municipal do PS tecer alguns comentários realçando aspetos que se se afiguram como mais relevantes no processo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A operação permitirá por um lado a liquidação antecipada do acordo de pagamentos com a EDP, cujo valor em dívida após redução e à data de 31 de março de 2018 é de quase 11 milhões de euros, e por outro lado a liquidação antecipada do contrato de empréstimo contraído junto da Direção Geral de Tesouro e Finanças que ascende a cerca de 10,5 milhões de euros. -----

No que concerne ao acordo firmado com a EDP e relativo a uma dívida que já pesa nas contas da Autarquia há vários anos querem congratular com o resultado das negociações preconizadas pelo executivo e que permitirá uma redução de cerca de 40% no valor da dívida não vencida para com aquela entidade. Este acordo permitirá uma poupança substancial ao erário público e a curto prazo uma maior estabilidade na situação financeira da Autarquia. -----

No que respeita à liquidação antecipada do empréstimo para com a DGTF, o empréstimo que agora se pretende contrair permite uma diminuição dos encargos associados por uma diminuição drástica da taxa de juro a aplicar, passam de um spread de 2.58 e 2.65 para 1.20 e 1.23. -----

As operações de substituição de dívida estão previstas legalmente, desde que os encargos associados ao novo empréstimo o capital, juros, comissões e penalizações sejam inferiores aos valores atuais dos encargos totais com o empréstimo e o acordo de pagamento a liquidar antecipadamente, de acordo com o relatório da comissão de análise essa condição verificasse para além de, cumulativamente, não aumentar a dívida total do Município e ser menor o serviço de dívida, tal como exigido legalmente. -----

Estão perante uma operação que se reveste da maior importância para as finanças do Município de Valongo, o empréstimo a contratar permitirá uma liquidação antecipada da dívida não vencida perante a EDP honrando um acordo que se reveste de todo o mérito pelas condições únicas que consagra, além disso possibilita a liquidação antecipada de um contrato de empréstimo cujas condições não eram as mais favoráveis, pelos motivos invocados o PS votará favoravelmente a proposta em apreço. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que relativamente à liquidação do empréstimo à EDP, a Membro Anabela quando frisa o acordo dos 40% como se fosse um feito do Presidente José Manuel Ribeiro, trata-se de uma proposta que a EDP está a fazer a todos os municípios nos quais existe dívida, basta falar naquilo que foi publicitado nos jornais de Gondomar, infelizmente não conseguiu, mas há uma coisa que é estranha desta vez o PS não falou do passado, não disse que a dívida veio do tempo do Dr. João Moreira Dias. -----

Relativamente ao empréstimo para liquidar o PAEL, as condições que o PSD na altura e contra o PS, na altura em que o PSD subscreveu o empréstimo do PAEL, com a taxa dos 2.58, o PS votou contra, meses antes tinha votado favoravelmente um empréstimo com 13,5% junto da Caixa Geral de Depósitos, só que o empréstimo que na altura era viabilizado não comportava a dívida, houve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

necessidade naquele ano de fechar-se as piscinas, cortar 1/3 da iluminação, uma série de medidas, baixar de 900 e tal funcionários para 600 e tal, tudo medidas que o PS criticou, mas a Câmara continua com os 600 e tal funcionários, as piscinas fecharam e nunca mais abriram, aquelas medidas que eram impopulares, que se criticam mas depois não se repõe, conserva-se, usufrui-se. -----

Este empréstimo para melhor concordava, se estivessem a falar do mesmo prazo, mas o Senhor Presidente aproveitou-se da nova taxa de spread, que naturalmente são aquelas que o mercado oferece, enquanto empresário há 5 anos comprou uma máquina em que o leasing era 5.8 agora é 1.25, ou seja são as taxas, só que não é correto dizer que é melhor do que o empréstimo que tinham porque num empréstimo de 20 anos nada lhe garante que a Euribor, que agora é negativa, vá para 2% ou 3%, porque o Banco Central Europeu não vai conservar essas taxas de 0% por muitos mais anos, no tempo que passaram de crise o Banco Central Europeu abriu os cordões à bolsa, injetou dinheiro na economia e colocou as taxas em baixo. -----

Quando tiverem uma taxa de Euribor normal no futuro, que é isso que o Banco Central Europeu defende, inflações de 2% e Euribor na ordem dos 2%, mas depois têm um spread de 3.2/3.3, isso seria um bom negócio, estaria a aplaudir se o senhor Presidente fizesse um empréstimo de 9 anos para pagar um empréstimo de 9 anos, agora o que o senhor Presidente fez foi pedir um empréstimo de 20 anos para liquidar um empréstimo de 9 anos e ganhar a liquidez necessária para aquilo que continuam a ver, e é por isso que vão votar contra. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que recorreram a dois bancos porque as regras são assim, em primeiro lugar, é pena o BPI não ter financiado toda a operação, o BPI financia até 11 milhões de euros a uma taxa de 1,20 é a melhor, portanto têm que ir lá, e o restante que é a do Crédito Agrícola até 10 milhões 519 mil a uma taxa de 1.23. -----

Se comparem as taxas que lhes davam há 4 ou 5 meses houve uma evolução extremamente positiva, a Câmara de Valongo é hoje uma Câmara que a banca entende que não tem risco ou tem pouco risco, a taxa do BPI inclusive à data de hoje é inferior a 1%, acompanha a Euribor. -----

Portanto, significa que as contas da Câmara, que a capacidade de honrar compromissos da Câmara é melhor, são obrigados a seguir a ordem, se o BPI financiasse tudo era só com o BPI, foi com o BPI a parte que eles financiam e o restante com a Caixa de Crédito. -----

Estão a falar de uma imensa poupança anual em termos de serviço da dívida, porque só o PAEL, a dívida do PAEL ascende a 10,5 milhões, são dois créditos, um pagam a uma taxa de 2,65 e outro a 2,58, e qualquer uma destas taxas que vão ter é menos de metade do valor que estão a pagar, por isso é que fizeram a operação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Em relação à questão do Membro Fernando Monteiro, estão a fazer aquilo que o BE diz a nível nacional, renegociação e reestruturação da dívida pública é uma reivindicação do BE a nível nacional, é o que estão a fazer com um acréscimo, estão a fazer renegociação, reestruturação com um perdão de dívida de 5,7 milhões de euros. -----

Não estão a comprometer os executivos futuros, quando foi eleito, no dia 29 de setembro de 2013, a liberdade que tinha para poder fazer endividamento era zero, mas zero por muito tempo, a Câmara esteve muitos anos impedida de se endividar, foi eleito com liberdade condicionada. -----

Se fizer o ciclo completo, no final deste ano com o Visto do Tribunal de Contas a dívida vai baixar para 28 milhões, quase metade daquilo que herdaram em 2013, muito para lá daquilo que estava programado pagar, se somar quase 2 milhões que abateram por mote próprio, mais os 5,7 milhões, estão a falar de quase 8 milhões que são conseguidos pelo atual Presidente de Câmara e pelas pessoas que o suportam. É o legado que deixam. -----

O empréstimo reduz em quase 1 milhão de euros o serviço da dívida por ano, diminui a dívida do Município, o valor total da diminuição da dívida é de 8 milhões 660 euros, o empréstimo não aumenta a dívida, e no tempo de vida do empréstimo, na perspetiva global, têm um serviço da dívida que reduz 7 milhões 660 de euros. -----

Em circunstâncias normais dentro de 4 a 6 anos todos os empréstimos estão pagos, estão hoje quase todos, só existirá este empréstimo. -----

Se não tiverem necessidade de fazer dívida, cumprindo um ciclo de 12 anos, a dívida ficará nos 13 milhões de euros, a liberdade para o futuro que não deixaram a ele em 2013, é muita liberdade para fazer coisas no concelho de Valongo, portanto o que estão a fazer é o correto. -----

Em relação ao PAEL, o PAEL foi votado na Assembleia, a lei obrigava, votou a favor do PAEL porque se o PS não votasse a favor do PAEL, o PAEL não era aprovado, a lei obrigava a uma aprovação com maioria qualificada, quem deu essa maioria qualificada ao PAEL foi o PS. -----

Portanto, estão a agarrar uma oportunidade, estão a fazer o que todos os países e todas câmaras fazem todos os dias, substituição de dívida. -----

Não é verdade que a EDP anda a oferecer a todos, a EDP com eles aceitou, porque lhes deixaram uma bomba relógio quando se fez a renegociação da dívida. -----

Em 2023 acaba o contrato com a EDP e têm uma fatura de 13 ou 14 milhões para pagar, e a Câmara não tem 13 ou 14 milhões para pagar em 2023, o que está lá contratualizado. -----

Em 2023 acaba a concessão ninguém sabe quem é que vai ficar, vai haver um concurso público, mas está o pagamento de 13 ou 14 milhões, o que é uma situação inadmissível, empenharam-se junto da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

EDP em conseguir um perdão de dívida, deram-lhes o perdão, só está pendente do Tribunal de Contas, ninguém em 2023 corre esse risco. -----

As dívidas são dinâmicas porque não podem olhar para esta dívida como se não tivessem outras dívidas, não existe qualquer penalização para fazer pagamentos antecipados, pode acontecer num ano poderem antecipar pagamentos. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 1.4 - Empréstimo de médio/longo prazo para aplicação na liquidação antecipada de outros empréstimos e de dívidas abrangidas por acordos de pagamentos, nos termos do art.º 101.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado de 2018, sendo aprovado por maioria com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, João Fernando da Costa Morgado e 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Valongo Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 7 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

Abstenções: 5 abstenções, sendo: 2 abstenções do Grupo Municipal da CDU, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS/PP e 1 abstenção do grupo Municipal do BE. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em **Minuta** do ponto 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, sendo **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A 2ª secretária: _____